



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE PEDAGOGIA – PARFOR/CAPES/UEPB**

JANDILMA ANASTÁCIO PEREIRA

**UMA ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO INFANTIL PARA O
PROCESSO DE FORMAÇÃO DA CRIANÇA**

**PATOS/PB
2017**

JANDILMA ANASTÁCIO PEREIRA

**UMA ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO INFANTIL PARA O
PROCESSO DE FORMAÇÃO DA CRIANÇA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual da Paraíba como requisito
para obtenção do título de licenciatura Plena em
Pedagogia.

Orientador (a): Profa. Ms. Mary Delane Gomes
de Santana

**PATOS/PB
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P436a Pereira, Jandilma Anastacio.

Uma análise da importância da avaliação infantil para o processo de formação da criança [manuscrito] : / Jandilma Anastacio Pereira. - 2017.

21 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em Primeira Licenciatura em Pedagogia do Parfor) - Universidade Estadual da Paraíba, EAD - Patos, 2017.

"Orientação : Profa. Ma. Mary Delane Gomes de Santana, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância."

1. Educação Infantil. 2. Aprendizagem. 3. Educação.

21. ed. CDD 372

JANDILMA ANASTÁCIO PEREIRA

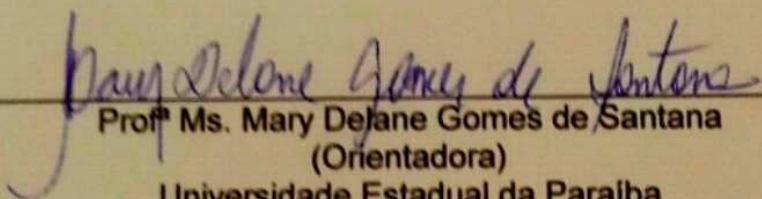
UMA ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO INFANTIL PARA O
PROCESSO DE FORMAÇÃO DA CRIANÇA

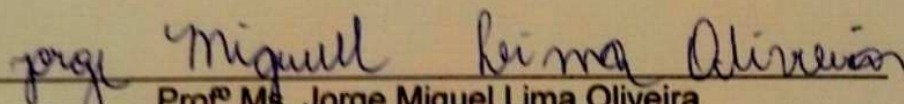
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual da Paraíba como requisito a
obtenção do título de licenciatura Plena em
Pedagogia.

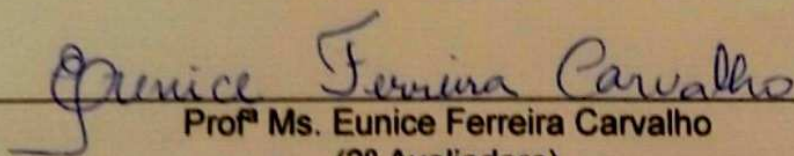
Data da avaliação: ____/____/____.

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA


Profª Ms. Mary Delane Gomes de Santana
(Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba


Profº Ms. Jorge Miguel Lima Oliveira
(1º Avaliador)
Universidade Estadual da Paraíba


Profª Ms. Eunice Ferreira Carvalho
(2º Avaliadora)
Universidade Estadual da Paraíba

UMA ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO INFANTIL PARA O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA CRIANÇA

Jandilma Anastácio Pereira¹

Mary Delane Gomes de Santana²

RESUMO

O artigo ora aqui apresentado se propôs a fazer uma análise das práticas avaliativas para educação infantil adotadas pelas professoras do município de São Mamede – PB, a luz de alguns documentos do MEC para essa modalidade de ensino, bem como, de orientações de alguns teóricos sobre a temática proposta. Para a realização dessa análise utilizamos algumas metodologias que vieram dar sustentação aos propósitos, tais como a aplicação de um questionário as professoras que lecionam nessa modalidade no município, pesquisa de campo com observações e coletas de dados diretamente no local de ocorrência dos fatos. Foram aplicados os questionários com seis professoras de duas escolas do município. Pode-se observar através da análise da pesquisa que ainda há muito o que debater conhecer e estudar pois sobre a educação infantil, e embora as professoras façam uso de jogos, brincadeiras dirigidas e saibam diferenciar a avaliação na educação infantil das outras modalidades de ensino, elas reconhecem que necessitam de mais treinamento e mais material concreto, de outros profissionais para identificarem alguns problemas de aprendizagem que as crianças apresentam entre outros fatores. Para a maioria a avaliação ainda é um assunto a se compreender para realiza-lo justamente nas escolas voltadas à educação infantil.

PALAVRAS CHAVE: Avaliação. Educação Infantil. Aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

Durante a graduação em Pedagogia, além da formação teórica, é preciso vivenciar a prática vivenciada. Isso, inicialmente, é possível por meio da realização dos estágios supervisionados, nos quais as/os acadêmicas/os devem acompanhar a rotina da sala de aula e os processos da gestão escolar, por um determinado período ao longo do semestre letivo.

¹Aluna da Universidade Estadual da Paraíba, do Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas - CAMPUSVII – Governador Antônio Mariz, do Curso de Pedagogia – PARFOR.

²Profa. da Universidade Estadual da Paraíba, do Centro De Ciências Exatas e Sociais Aplicadas - CAMPUSVII – Governador Antônio Mariz, do Curso de Pedagogia – PARFOR. Mestre em Sociologia.

Os estágios em gestão, educação infantil, e ensino fundamental I, nos permitiu verificar o universo do pedagogo, e nos possibilitou a identificação com o tema que faria parte do objeto de estudo deste trabalho final.

Partindo do questionamento recorrente de compreender o processo avaliativo e de como ele acontece na prática no cotidiano escolar surgiu a necessidade de abordar esse tema buscando, respostas para algumas dúvidas sobre o fazer pedagógico, sobretudo o que diz respeito a avaliação na educação infantil e se as técnicas adotadas por professores contemplam as prescrições do MEC para essa modalidade de ensino. Sabemos que há inúmeras reflexões sobre o tema avaliação e isso tem despertado discussões sobre o que é e como deve ser feita, quais os procedimentos devem ser adotados ao avaliar, enfim, qual o seu significado primordial na educação.

Luckesi (2008) afirma que a avaliação se caracteriza entre outras ideias, como uma forma de ajuizamento de qualidade de um objeto analisado. Isso implica em dizer que ao avaliar utilizamos um juízo de valor, ou seja, uma afirmação qualitativa sobre um dado objeto a partir de critérios pré-estabelecido.

Sobre avaliar Hoffmann (2012) considera uma forma de acompanhamento de um percurso de vida da criança o que pressupõe a ocorrência de significativas mudanças em suas múltiplas dimensões com a intencionalidade de favorecer o máximo possível o seu pleno desenvolvimento. Para a autora, a intenção que nos leva observar uma criança e a refletir sobre o que se vê é o que dá sentido ao processo avaliativo; mas afirma que mesmo que acompanhemos e conheçamos todas as reações da criança não estaremos avaliando-a se a intenção não for auxiliá-la ou de realizar um fazer pedagógico que contribua para seu pleno desenvolvimento.

As diretrizes do processo avaliativo que orientam a educação infantil são prescritas pelo MEC e é partindo desse pressuposto que o presente trabalho visa fazer uma análise, bem como da prática das professoras pesquisadas e suas dificuldades nessa seara do conhecimento pedagógico.

Partindo dos pressupostos acima, têm-se como problema a seguinte questão: A avaliação na Educação Infantil deve estar baseada no acompanhamento e observação da criança sem a finalidade de promoção, auxiliando-as no seu processo de aprendizagem ou deve ser aplicada com os fins de promoção e identificação do nível de conhecimento das crianças?

O objetivo geral foi analisar as práticas avaliativas da educação infantil adotadas no município de São Mamede, procurando identificar a sua importância para o desenvolvimento da aprendizagem das crianças.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho objetivou fazer uma análise das concepções de avaliação que norteiam as práticas de professores da educação infantil no município de São Mamede, procurando identificar até que ponto a avaliação na perspectiva delas é aplicada as crianças sem a finalidade de promoção, auxiliando-as no seu processo de aprendizagem ou deve ser aplicada com os fins de promoção e identificação do nível de conhecimento das crianças.

Sabemos que há orientações maiores que constam em documentos oficiais do MEC para cada modalidade de ensino e, na educação infantil também não é diferente, uma vez que, os vários documentos analisados afirmam que a avaliação na educação infantil “far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental” (LDB, 1996).

Entretanto, nossa análise maior foi compreender como os professores concebem a ideia de avaliação e de como a realizam nas instituições em que lecionam. Compreender como é feito esse acompanhamento bem como se dá o registro do Desenvolvimento da criança é um dos objetivos desse trabalho.

2.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa é descritiva, explicativa e bibliográfica realizada a partir de um estudo de campo, com aplicação de um questionário direcionado para as seis professoras do município que lecionam na educação infantil.

A pesquisa é descritiva porque busca descrever a forma de avaliação adotada por professores do município analisando, porém se tais concepções estão em concordância com as prescrições do MEC para essa modalidade de ensino. Para a realização da pesquisa utilizamos também de estudo bibliográfico buscando validar

os objetivos dos nossos propósitos na pesquisa a luz de alguns teóricos que discorrem com toda propriedade sobre o tema avaliação.

Utilizamos também em nossa pesquisa a análise de alguns documentos do MEC que tratam, também sobre avaliação tais como o RCNEI, DCNEI e LDB.

2.2 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS DADOS

O ponto inicial para a pesquisa foi a elaboração de um questionário para aplicar aos professores, O referido questionário aborda em seu conteúdo algumas questões relevantes para os propósitos da pesquisa, tais como: O que você entende por avaliação?; Que ideias você tem sobre a forma de avaliar na educação infantil?; Você tem conhecimento sobre a forma de avaliação adotada pelo MEC para essa modalidade de ensino?; Que forma de avaliação você adota em sua sala de aula na educação infantil?; Você acredita que a forma de avaliação adotada na instituição em que você leciona está em concordância com as prescrições do MEC para essa modalidade de ensino?; Você tem alguma crítica quanto à forma de avaliação adotada para educação infantil na instituição em que você leciona? Entre outras questões.

3 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Consta no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil que existe no Brasil ainda ações pedagógicas nesse nível de ensino que possuem uma concepção equivocada do que é avaliação, o que de certa forma traz na educação infantil, sérios problemas com resultados desastrosos (BRASIL, 1998, p. 59).

De acordo a Lei de Diretrizes de Bases da Educação, o processo de organização da educação infantil se dá da seguinte forma:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até 3 (três) anos de idade; 37II – pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: I – avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. (BRASIL, 2015, p. 22).

Ainda de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 9.394 publicada em 1996, sobretudo no que tange à educação infantil, a avaliação da aprendizagem é uma competência da escola de acordo com o previsto no “art. 31 da LDB e, portanto, tem como referência os objetivos estabelecidos no projeto pedagógico da instituição e não deve assumir finalidades classificatórias” (BRASIL, 1996).

As Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) explicitam em sua Resolução do Conselho Nacional de Educação n.º 05/2009:

Que as creches e pré-escolas devem planejar formas de avaliação que contemplem o acompanhamento do trabalho pedagógico e a avaliação do desenvolvimento da criança. As observações e registros devem ser contextualizados, isto é, tomando as crianças concretas, em suas histórias de vida, seus ambientes sociais e culturais e co-construtores de um processo dinâmico e complexo de desenvolvimento pessoal e social da criança. (BRASIL, 2009; BRASIL, 2010).

A avaliação formativa, segundo o documento acima citado:

É fundamental na obtenção de dados sobre aprendizagem e reorientação da prática do professor na elaboração do seu planejamento, propondo situações capazes de gerar novos avanços na aprendizagem das crianças. (BRASIL, 2010).

O documento (DCNEI) afirma que:

As instituições de educação infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo, entre outros, aspectos tais como: a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e das interações das crianças cotidianamente. (BRASIL, 2010).

O documento supracitado, sugere também que sejam feitos múltiplos registros tais como: “relatórios, fotografias, desenhos etc [...]”; porém a escrita é, sem dúvida, a mais comum e acessível. O RCNEI nos diz ainda que:

A organização de dossiês ou portfólios tornam-se significativos pelas intenções de quem o organiza diz ainda que não há sentido em coletar trabalhos dos alunos para mostrar aos pais como um mero instrumento burocrático. Ele precisa constituir-se como um conjunto de dados que expressem avanços, mudanças de conceito ou uma nova forma de pensar e de fazer visando à progressão dos alunos (BRASIL, 2010).

Os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, no seu volume 1, diz que:

A observação e o registro constituem-se como um dos principais instrumentos que o professor dispõe como uma forma de apoiar sua prática. E por meio deles que, de forma contextualizada, o professor pode fazer registros dos processos de aprendizagem das crianças; bem como da qualidade das interações estabelecidas com os demais atores envolvidos no processo tais como as próprias crianças, funcionários e professores como uma forma de acompanhar os processos de desenvolvimento e obtendo informações sobre as experiências da criança na instituição. (BRASIL, 2010).

A avaliação deve permitir que as crianças acompanhem suas próprias conquistas, dificuldades e possibilidades em seu processo de aprendizagem. O registro diário, nesse contexto, caracteriza-se como um rico material de reflexão e contribui para planejar ações educativas (BRASIL, 2010).

Nesse contexto, o professor deve partilhar observações que sinalizem avanços e possibilidades de superação da criança ao longo de seu processo de aprendizagem. Assim, “apontar o que a criança não sabe ou não consegue só faz sentido numa perspectiva de superação quando o professor detém conhecimentos sobre as reais possibilidades de avanços das crianças e sobre as possibilidades que ele tem de ajudá-la” (BRASIL, 2010).

De acordo com o DCNEI avaliação é um excelente meio para que a instituição possa estabelecer suas prioridades para o trabalho educativo e reorientar sua prática definindo o que avaliar como e quando em consonância com os princípios educativos que elege (BRASIL, 2010).

3.1 AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Como já foi apresentado aqui, a avaliação na educação infantil, nas últimas décadas, recomenda fortemente que essa prática não venha a incorrer em caráter de aprovação e reprovação das crianças “a semelhança do ensino regular, de maneira a assegurar o acesso de todas ao ensino fundamental”.

Partindo do pressuposto acima é urgente, portanto, resignificar a avaliação na educação infantil, resgatando os seus pressupostos básicos e desatrelando-a dos modelos classificatórios ainda vigentes nos demais níveis escolares, principalmente, porque estudos e pesquisas realizadas sobre a avaliação classificatória, em todos os graus de ensino, permitem concluir que essa prática não tem sido exercida em benefício dos alunos em termos de sua melhor aprendizagem.

Como primeiro passo do processo avaliativo, tendo em vista o alcance do seu significativo primordial de acompanhar e compreender o desenvolvimento infantil para planejar a ação educativa é preciso que os professores reflitam sobre as questões acima e que façam suas próprias perguntas sobre as crianças com as quais convivem. Um dos pressupostos básicos dessa prática é, justamente, o seu caráter investigativo e mediador, não contratativo. A permanente curiosidade dos professores sobre as crianças é premissa básica da avaliação em educação infantil, e não a intenção de julgar como positivo ou negativo o que uma criança é ou não é capaz de fazer e de aprender.

A ação avaliativa precisa considerar as crianças em sua diversidade: sua realidade sociocultural, sua idade, suas oportunidades professores que atuam com elas. Muitos de suas percepções o que esses pensam sobre as crianças, podem revelar o grau de importância que atribuem ao espaço institucional em termos do futuro dessas crianças e em relação ao seu desenvolvimento global.

A avaliação deve ser um instrumento para o educador reformular a ação educativa que exerce de modo a contribuir decisivamente para o desenvolvimento integral do potencial infantil. Especialmente na pré-escolar antes de nos preocupamos em avaliar a criança temos de desafiá-la para que desenvolva o seu potencial. Em vez de rotular a criança a partir do que ela ainda não faz, devemos partir daquilo que já é capaz de fazer, para ajudar-la a fazer o que certamente aprenderá.

A criança é um ser social que nasce com capacidades afetivas, emocionais e cognitivas. Tem desejo de estar próxima as pessoas e é capaz de interagir e aprender com elas de forma que possa compreender e influenciar seu ambiente. Ampliando suas relações sociais, interações de formas de comunicação, as crianças sentem-se cada vez mais seguras para se expressar, podemos aprender, nas trocas sociais com diferentes crianças e adultos, cujas percepções e compreensões de realidade também são diversas.

De acordo com Luckesi (2004) avaliação tem a ver com agir em busca de melhor resultado e o melhor resultado só pode ser compreendido em cada ação. Ainda conforme o autor, 'a avaliação serve a finalidade da ação a qual ela está vinculada'.

E quando tratamos de aprendizagem avaliamos em busca de um melhor resultado desta. No cotidiano escolar o autor traça um diferencial entre prova e

avaliação definindo que provas “são recursos técnicos vinculados aos exames e não à avaliação” (LUCKESI, 2004).

O autor supracitado defende que o importante é ter claro que os exames devem ser pontuais, classificatórios, seletivos, antidemocráticos e autoritários; por outro lado diz que a avaliação é não pontual, diagnóstica, inclusiva, democrática e dialógica. Os exames através das provas engessam a aprendizagem, contudo para ele a avaliação por sua vez se constrói fluidamente. Para que haja uma mudança em sua concepção de avaliação na busca de uma prática avaliativa mediadora os professores necessitam compreender o que é avaliar de forma que possa aplicar essa prática no cotidiano escolar, pois repetir conceitos de avaliação é simples e banal o difícil é praticar a avaliação e isso exige mudanças internas do educador e do sistema de ensino.

HOFFMAN (2012, p. 16) ao defender uma avaliação mediadora nos diz que essa forma de avaliação envolve procedimentos essenciais tais como:

Uma observação atenta e individualizada das crianças, bem como, a análise reflexiva de suas manifestações, possibilidades e interesses e um melhor planejamento das ações educativas oferecendo-lhes melhores e diferentes oportunidades de aprendizagem.

A autora citada acima, ainda complementa informando que a avaliação nem sempre é exercida em benefício das crianças, pois em muitas instituições tal processo ocorre, apenas, no sentido de observá-las ao longo de um determinado período, registrar com frequência o que se observa e preencher instrumentos finais de avaliação acerca do desempenho observado. Tais procedimentos, segundo a autora, não têm por finalidade dar subsídios às ações educativas dos professores, mas informar os pais e ou diretores sobre o trabalho desenvolvido em sala de aula, apenas como uma forma de comprovar a participação das crianças nas atividades em forma de trabalhos interessantes.

Para desenvolver uma cultura de avaliação segundo Luckesi (2004) os educadores e a escola necessitam de praticar a avaliação e essa prática realimentará novos estudos e aprofundamento de tal modo que um novo entendimento e um novo modo de ser vai emergindo dentro de um espaço escolar. O que vai dar suporte a mudança é a prática refletida e investigada dos educadores e das escolas.

3.2 O PAPEL DO PROFESSOR NA AVALIAÇÃO INFANTIL

No ato avaliativo, a interação educador/educando é sempre subjetiva. O que o professor diz do educando é resultante da relação que estabelece com esse, revelando, por meio da avaliação, suas concepções teóricas e seu maior ou menor acompanhamento individual. De acordo com Gonçalves (apud OLIVEIRA, 1995, p. 159), é essencial perceber que a relação professo/aluno, como qualquer relação entre pessoas, não é unidirecional, nem mesmo quando se trata de crianças pequenas como em uma pré-escola. A relação supõe participação ativa de ambas partes, o que envolve acordos e desacordos. É pelo embate entre parceiros que a criança vai construindo sua visão de mundo, conforme os significados eu ela já vem elaborando desde que nasceu (sentimentos, interpretações, valores) e que são confrontados com os significados que circulam pela escola.

A relação adulto/criança é inerente ao processo avaliativo. Por isso mesmo, o que se diz sobre uma criança, as “verdades” que são enunciadas, precisam ser sempre repensadas, transformando-se em hipóteses a serem permanentemente investigada por meio da observação e do diálogo com ela. Sem dúvida, cada uma delas carrega mistérios, pensamentos e sentimentos que lhes tornam únicas. É muito difícil a tarefa de compreender suas histórias de vida e a lógica do seu pensamento. Por isso, o acompanhamento do seu desenvolvimento é inquietante e complexo.

Pela dinâmica evolutiva do seu pensamento, o conhecimento de uma criança é construído gradativamente pela sua própria ação e por suas próprias ideias que se desenvolvem, a cada momento, sentido da maior coerência, da maior riqueza e de um conhecimento mais preciso sobre todas as coisas. Mediar a ação educativa significa que o professor deve estar sempre buscando a sua evolução, dando abertura a essas permanentes possibilidades, conscientes de que as expectativas podem não corresponder as formas peculiares e próprias de uma criança responder as situações.

A avaliação parte sempre da interpretação do que se vê. Envolve as percepções, os sentimentos, as experiências anteriores e os conhecimentos de quem avalia, “avalia-se de corpo e alma” embora a subjetividade seja uma das razões para a complexidade do processo avaliativo, e muitos professores desejam “torna-lo mais objetivos e preciso”, não há como fugir do seu caráter subjetivo. Cada

pessoa interpreta o que observa de uma maneira própria e única. Se dez professores forem comentar sobre a reação de uma única criança, cada um deles irá relatar aspectos muito diferentes observados nela e, provavelmente, farão apreciados positivas e negativas a respeito.

A tomada de consciência do professor sobre o seu envolvimento pessoal ao avaliar o impulsiona a observar mais e melhor as crianças, a conversa com elas, a questionar e a discutir suas reações com os pais, diretores, coordenadores pedagógicos, orientadores e outros adultos que convivem com elas. Ao compreender que seu olhar avaliativo percebe a criança a parti de um entendimento próprio, que ele interpreta o que vê, tenderá a buscar outros pontos de vistas que o levam a ampliar a compreensão dessas manifestações ele conseguirá avalia-la de forma correta.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Das seis professoras que participaram da pesquisa, quatro são concursadas e duas são contratadas. Com relação a formação acadêmica, apenas uma não tem nível superior, mas está cursando, porém nem todas tem formação em pedagogia, como demonstra quadro abaixo e duas tem pós-graduação latu senso, o que demonstra que elas estão procurando aperfeiçoar seus conhecimentos e investindo em cursos de graduação e pós.

Quadro 1: Dados profissionais – Educação infantil

Professoras	Grau de formação	Tempo de experiência	Tipo de vínculo empregatício	Turno que trabalha
P 1	Médio completo – Cursando Pedagogia	+ de 20 anoa	Efetiva	Tarde
P 2	Biologia	7 anos	Contratada	Tarde
P 3	Pedagogia – Cursando especialização em Educ. Infantil	10 anos	Efetiva	Tarde

P 4	Serviço Social	2 anos	Contratada	Tarde
P 5	Letras – Psicopedagogia	3 anos	Efetiva	Tarde
P 6	Pedagogia – Supervisão escolar	4 anos	Efetiva	Tarde

Fonte: Dados coletados nos questionários 2017.

Como apresentado no quadro acima no que diz respeito à formação profissional, três das 6 pesquisadas não possuem formação específica na área e até as especializações de duas delas, se distanciam da formação necessária para atuar na educação infantil, porém este quadro representa a realidade de muitas escolas do Brasil, onde a formação do educador nem sempre corresponde ao exercício da sua profissão, pois um professor com graduação em biologia e outro em serviço social, mesmo que tenham competências para lecionar na educação infantil, não receberam formação específica nesta área. O que consiste um problema que tem sido mudado nos últimos anos no país com a abertura de concursos para professores com licenciatura e formação pedagógica, no caso de desejarem atuar no ensino infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental, exigindo assim a formação superior para área que o mesmo vai atuar.

A relação de trabalho da maioria é estável, apenas duas delas são contratadas, porém já tem um certo tempo de serviço prestados na educação infantil, respectivamente 7 e 3 anos, portanto, experiência na área não é o que falta para as docentes pesquisadas, segundo informações fornecidas por elas. Como demonstra o quadro da folha 10, as professoras pesquisadas possuem um relativo tempo de experiência na área da educação infantil, uma delas possui mais de 20 anos na profissão, com exceção de uma que tem apenas 2 anos, o pouco tempo dessa última não pode ser considerado um empecilho para a mesma ser considerada sem experiência na área, sendo assim, incapaz de conhecer o que é a avaliação infantil e como aplicá-la.

Com relação à pergunta inicial que questionava o que elas entendem por avaliação, e em linhas gerais todas apresentaram quase que a mesma resposta, afirmando que a avaliação é uma observação aprofundada do desenvolvimento do

aluno, seguindo critérios estabelecidos, fazendo análise e refletindo todo o contexto inserido.

Quanto a forma de avaliar na educação infantil, duas professoras disseram que avaliam através de atividades práticas e observações diárias e quatro afirmaram que se trata de acompanhar um percurso de vida da criança por isso incluem jogos e brincadeiras dirigidas nesse processo com as crianças.

Sobre os conhecimentos delas sobre as formas de avaliação adotadas pelo MEC para a educação infantil, duas disseram que precisa haver uma reformulação de alguns critérios não especificados constantes no diário de classe e quatro disseram que tem conhecimentos sobre o assunto, afirmando que a forma de avaliação do MEC é adequada pois ressalta a importância de se fazer uma avaliação que não venha a incorrer em caráter de aprovação ou reprovação das crianças.

Quando perguntadas sobre a forma de avaliação adotada na sua instituição de ensino em que lecionam, todas disseram que avaliam diariamente, por observação, atividades escritas conversas, e, sobretudo, a partir de anotações diárias no caderno em relatórios individuais. Ao serem questionadas sobre a forma de avaliação adotada nas instituições em que lecionam, se ela está em consonância com as prescritas pelo MEC para essa modalidade de ensino, uma professora disse que em parte ocorre isso, porém as realidades dos alunos são diferentes assim como as das escolas e que nem sempre dá para observar cada aluno e suas peculiaridades, as outras disseram que sim pois a educação infantil tem que ser avaliada a partir de relatórios, Contudo duas disseram que deve se repensar com que frequência isto deve ser feito.

Fora essas perguntas tiveram outras pertinentes a questão das dificuldades encontradas para promover a avaliação infantil, e que foram respondidas da seguinte forma, uma respondeu que várias, mas não especificou e as demais disseram que estavam na falta de material concreto e uma apontou a necessidade de um profissional específico, como um psicopedagogo para avaliar melhor as dificuldades apresentadas por algumas crianças.

Com relação ao Projeto Político Pedagógico (PPP), se elas conheciam a concepção de avaliação prevista nele, todas foram unânimes em afirmar que não conheciam o PPP da escola, pois nunca tiveram acesso a ele.

Outras perguntas sobre a participação em programas de formação continuada que discutem a temática da avaliação na educação infantil, foram feitas, mas a resposta de todas foi que não participaram de nenhum e, que recebem orientações de como avaliar na educação infantil da coordenação pedagógica da escola.

No final foi questionado se a avaliação na educação infantil ao basear-se no acompanhamento e observação da criança sem a finalidade de promoção, realmente auxiliava o seu processo de aprendizagem, todas foram unânimes em dizer que sim, pois para elas a criança não pode ser avaliada de forma quantitativa, pois esse processo não avalia de fato a aprendizagem dela, mas sim de forma continuada.

Podemos afirmar diante do exposto que se faz necessário ampliar e dar continuidade aos estudos sobre avaliação, uma vez que os discursos apontam que embora haja compreensão sobre o fazer avaliativo, por parte das professoras que evidenciam uma visão de avaliação enquanto processual e de acompanhamento, mas como se dá esse processo, de que forma e que meios são utilizados nesse fazer avaliativo ainda há muito o que ser transmitido para elas e para os que se interessam pelo tema, há muito ainda para refletir, mas já houve muitos avanços que não podem ser negados.

5 CONCLUSÃO

Neste artigo foi proposto uma análise acerca das práticas avaliativas adotadas na educação infantil no município pelas professoras de São Mamede - PB sua correlação com as orientações do MEC e como essas práticas auxiliam no processo de aprendizagem das crianças. As professoras embora conheçam as orientações do MEC e até fazem uso delas na medida do possível, porém elas também apresentaram a necessidade de maior treinamento na área, através de curso de capacitação e de material adequado para se trabalhar a avaliação de forma correta com as crianças para que os resultados almejados pelo MEC sejam de fato alcançados.

Portanto, conclui-se que há muito o que aprender sobre o que é e como ocorre o processo avaliativos dos alunos, até porque avaliar não é uma tarefa fácil, mesmo que esse processo como é o caso da educação infantil não seja meramente classificatório, há uma resistência em aplica-lo de forma correta, pois exige do

professor um trabalho mais elaborado de observação do cotidiano das crianças, portanto ele ou ela precisa exercitar sua capacidade para decidir sobre a melhor maneira de intervir, para que o processo de aprendizagem dessa criança ocorra de forma satisfatória.

Atividades e ou atitudes rotineiras das crianças precisam ser observadas pelo professor tais como: a chegada da criança a escola – se está acompanhada ou não pela família; sua reação diante da presença de adultos e de outras crianças; suas atitudes ao brincar sozinha ou com os companheiros; por quais temas mais se interessa; entre outras muitas situações nas quais a criança revela seus conhecimentos prévios e aqueles em que será possível alcançar com a mediação do professor, são esses cuidados que fazem parte da avaliação na educação infantil não é difícil de fazer mas torna-se cansativo.

O professor da educação infantil, não pode esquecer que a avaliação, no âmbito da creche e da pré-escola, deve se constituir não apenas em um processo que se destina, principalmente, a obter informações e subsídios a respeito do desenvolvimento das crianças e ampliação de seus conhecimentos, mas acima de tudo, ela serve para auxiliá-lo a elaborar e rever com frequência seu planejamento, de modo que seus alunos tenham sempre uma aprendizagem significativa, prazerosa e contextualizada.

ABSTRACT

The article presented here proposed to make an analysis of the evaluative practices for early childhood education adopted by the teachers of the municipality of São Mamede - PB, in the light of some documents of the MEC for this modality of education, as well as the guidance of some theorists about the proposed theme. To carry out this analysis we used some methodologies that came to support the purposes, such as the application of a questionnaire to the teachers who teach in this modality in the municipality, field research with observations and data collection directly at the place of occurrence of the facts. The questionnaires were applied with six teachers from two schools in the municipality. It can be observed from the analysis of research that there is still much to discuss and study about early childhood education, and although the teachers make use of games, directed games and know how to differentiate the evaluation in children's education from other modes of teaching, they recognize that they need more training and more concrete material from other professionals to identify some learning problems that children have among other factors. For the majority, evaluation is still a subject to be understood in order to do it precisely in schools geared towards early childhood education.

KEYWORDS: Evaluation. Child education. Learning.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. 11. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação; n. 159). Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/proen/ldb_11ed.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

_____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília – DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 12 nov. 2017.

_____. Ministério da educação conselho nacional de educação câmara de educação básica. Resolução nº 2, de 28 de maio de 2009. Fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, em conformidade com o artigo 6º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, e com base nos artigos 206 e 211 da Constituição Federal, nos artigos 8º, § 1º, e 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no artigo 40 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília – DF, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_cne_ceb002_2009.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2015.

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 28 dez. 2015.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a educação infantil**. Ministério de Educação e de Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC-SEB, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e educação infantil**: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 2012.

LUCKESI, Cipriano Carlo. **Considerações gerais sobre avaliação no cotidiano escolar**. Curitiba, Aprender a Fazer, publicada em IP - Impressão Pedagógica, publicação da Editora Gráfica Expoente, 2004.

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Anderson Oramísio; GIMENES, Olíria Mendes. **Avaliação da aprendizagem e a LBD n.º 9394/96**: repercussões na prática pedagógica de professores. In.: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO. 6. 2011. 07 a 09 de

dezembro de 2011. **Anais...** Uberaba, 2011. Disponível em: <<http://revistas.uniube.br/index.php/anais/article/view/367/389>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

APÊNDICE A – Questionário aplicado as professoras da educação infantil



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PAFOR CURSO: PEDAGOGIA

Prezado (a) Professor (a), a realização de uma pesquisa como trabalho final de curso impõe a necessidade de saber a opinião dos professores sobre “A avaliação na educação infantil e sua importância para o desenvolvimento da aprendizagem”. Portanto, solicito a gentileza de vocês para responderem ao presente questionário.

Gostaria de informar, que todas as informações coletadas neste estudo serão mantidas em sigilo, garantimos que você ou qualquer membro da equipe docente não serão identificados em qualquer relatório sobre os resultados do estudo. A participação é voluntária.

Muito obrigada por sua colaboração!

QUESTIONÁRIO

DADOS PROFISSIONAIS:

- 1 Qual o seu grau de formação? a) () médio b) () superior-cursando c) () superior completo-graduado
c) Curso de Graduação em: _____
d) Pós-Graduação: _____

2 Tempo de atuação na Educação Infantil: _____
II

QUESTÕES ESPECÍFICAS SOBRE A PESQUISA:

1. O que significa para você a palavra avaliação?

2. Defina o que é avaliação da aprendizagem na Ed. Infantil para você?

3 Como você avalia a aprendizagem dos seus alunos?

4 Você costuma oportunizar avaliações coletivas entre os seus alunos? Como?

5 Quais os instrumentos/procedimentos que você utiliza para promover a avaliação na Ed. Infantil?

6 Quais as dificuldades que você encontra para realizar a avaliação na Educação Infantil?

7 Qual a concepção de avaliação prevista no do PPP da sua escola?

8 As concepções de avaliação que norteiam as suas práticas pedagógicas na Educação Infantil são as definidas pelo MEC?

9 Você participa de programas de Formação Continuada que discutem esta temática?

Se sim, enumere quais?

10 Você recebe orientação pedagógica sobre a forma de avaliar as crianças na Educação Infantil? Se sim, indique quem a orienta e quais são as orientações?
